

Poder sindical, o motivo da maior divergência. 69

A Frente Brasil Popular, do candidato Luís Inácio Lula da Silva, pretende implantar no Brasil um poder sindical situado acima dos poderes legalmente constituídos para a representação política e a administração pública. Esta é a principal divergência conceitual entre os 13 pontos do programa do PT e o projeto da social-democracia brasileira.

Essa divergência fundamental fica clara no relatório elaborado pelo economista Edmar Bacha, membro do diretório nacional dos tucanos, e que se constitui na maior arma de combate ao apoio do partido à candidatura Lula. Ele foi elaborado para o caso de o PSDB ter que justificar uma eventual adoção da postura de "independência" frente às candidaturas para o segundo turno. Mas já começa a ser estudado especialmente pelos "barrados no baile", ou seja, os tucanos que têm sido rejeitados regionalmente para subir ao palanque da Frente Brasil Popular.

Segundo o relatório, "o problema mais geral e mais importante é o da concepção de 'democracia popular' que permeia o documento da Frente Brasil Popular". Trata-se de uma concepção de organização da sociedade em que os trabalhadores organizados se sobrepõem ao aparato estatal e aos poderes constituídos, condicionando e conduzindo sua ação.

No capítulo da reforma agrária, por exemplo, se afirma que ela será feita "sob o comando dos trabalhadores" e terá um amplo apoio do governo. E, para combater a corrupção, a Frente Brasil Popular pretende adotar mecanismos que permitam uma fiscalização maior do povo sobre o Estado.

Na parte referente à democratização do Estado, o documento da Frente Brasil Popular prevê a formação de um Conselho de Comunicação Social composto por trabalhadores da área e representantes das centrais sindicais, que seria encarregado de elaborar uma política para o setor. O documento também reconhece "o direito dos trabalhadores de participar e controlar a administração de fundos sociais e serviços, como FGTS e Inamps".

Bacha observa que a visão social da Frente Brasil Popular é fundamentalmente divergente da do PSDB, porque, logo no primeiro item, os 13 pontos da coligação PT, PSB e PC do B estabelecem que "será incentivada a criação de mecanismos de controle social e de fiscalização social sobre o aparato administrativo do Estado e sobre a economia".

Além dessa divergência fundamental, há uma série de pontos em que as opções políticas da Frente diferem radicalmente das definidas pelo PSDB. É o caso da dívida externa: a proposta é simplesmente a suspensão imediata dos pagamentos referentes a essa dívida, sem distinção entre amortizações ou juros, ou entre credores privados e públicos, ou entre créditos comerciais e créditos de médio prazo. Também sem especificar que se trata de uma estratégia de negociação, mas sim considerando a suspensão como um objetivo em si mesmo, na luta contra o FMI e o "imperialismo". E, ainda por cima, o documento propõe a realização de um plebiscito sobre a dívida externa, com o objetivo de "impulsionar um amplo movimento de massa contra seu pagamento".

A reforma agrária — comenta o relatório do economista Edmar Bacha —, além de estar sob o comando dos trabalhadores e não do Estado, é vista como um poderoso estímulo à organização e à luta dos trabalhadores rurais. Como se não bastasse essa provocação, entre os casos listados como os que devem induzir à desapropriação está o fato de as terras estarem envolvidas em conflitos. Bacha questiona: "Que melhor convite para incendiar o campo?"

As críticas ao programa da Frente Brasil Popular vão além. Lembrem que o documento do PT e seus coligados prega de maneira disfarçada mas decidida o calote da dívida interna e repudia qualquer forma de privatização. Com relação ao capital estrangeiro, os 13 pontos são um documento absolutamente restritivo. A política de comércio exterior é submetida a uma reorientação em direção aos países socialistas e ao Terceiro Mundo e a política externa, guiada por uma concepção de antiimperialismo. Não há, no documento da Frente, qualquer preocupação com equilíbrio orçamentário ou em caracterizar de onde sairiam os recursos para a enorme extensão dos programas sociais que pretende realizar.

O relatório do economista conclui que, "caso haja a decisão política de apoiar o candidato da Frente, o PSDB deve imediatamente propor um programa alternativo de governo, que seja compatível com aquele defendido por Mário Covas".